



*Sindicato Nacional dos Professores Licenciados  
pelos Politécnicos e Universidades*

**COMUNICADO**

**Presidente da República enviou diploma da suspensão da avaliação do desempenho docente para o Tribunal Constitucional**

O Presidente da República tomou a decisão de requerer ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva do diploma que suspendeu o actual modelo de avaliação do desempenho docente, correspondendo assim ao apelo que o Governo e o PS lhe dirigiram logo no dia em que o supracitado diploma foi aprovado pela oposição parlamentar.

O SPLIU ainda que respeite as razões que terão eventualmente presidido a tal decisão por parte do Presidente da República, não poderá também deixar de ter em consideração que esta decisão se traduz numa enorme desilusão para os Educadores e Professores, e que a mesma trará implicações negativas, de todo indesejáveis, ao funcionamento e clima das escolas, numa fase crucial do ano lectivo.

Não desprezando o aspecto da legalidade constitucional do diploma que foi aprovado na Assembleia da República, na perspectiva do SPLIU, importará muito mais colocar um ponto final a este modelo de avaliação do desempenho docente, profundamente injusto, extremamente burocrático, nada formativo, opaco, e, fundamentalmente, gerador de tensões e conflitos nas Escolas.

O SPLIU aguarda, expectante, a decisão do Tribunal Constitucional, fazendo votos para que a mesma seja tomada com a maior brevidade possível, a fim de que se evite uma indesejável turbulência no 3º período lectivo, num tempo importantíssimo de consolidação das aprendizagens e de avaliação sumativa.

Independentemente da decisão que venha a ser tomada pelo Tribunal Constitucional, espera-se, que favorável à constitucionalidade do diploma, o que o SPLIU e os Professores já constataram é que temos um Primeiro-Ministro demitido candidato a Primeiro-Ministro nas Eleições Legislativas antecipadas que ainda na passada segunda-feira reafirmou, em entrevista à RTP, que este modelo de avaliação de desempenho dos professores é para manter, e, que ao invés, tendo em consideração a decisão que todos os partidos da oposição tomaram recentemente na Assembleia da República sobre este assunto, parte-se do pressuposto que todas essas forças políticas terão propostas de modelos alternativos de avaliação do desempenho docente a apresentar nos seus programas eleitorais.

A Direcção Nacional